

Decisão sobre linha de pobreza fica para 2005

Mudanças em ministério atrasam definição e dificultam acompanhamento de políticas sociais do governo Lula

Flávia Oliveira

• Ficou para o terceiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na melhor das hipóteses, a decisão sobre a linha oficial de pobreza do país — como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no sistema de metas de inflação — servirá de parâmetro para o diagnóstico, a formatação e o acompanhamento das políticas sociais do governo. Até lá, a metade de um salário-mínimo permanecerá como referência para as metas de cobertura de programas como o Bolsa Família, carro-chefe da área social. E meia dúzia de indicadores, capazes de duplicar ou reduzir à metade o número de pobres e indigentes, continuarão incendiando o debate sobre o tamanho do problema e suas possíveis soluções.

Num decreto (de número 4.564) assinado no dia de sua posse, há quase dois anos, Lula determinou ao então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome a apresentação de uma "proposta de metodologia de definição da linha de pobreza" e áreas geográficas onde as políticas públicas de erradicação da miséria deveriam se concentrar. José Graziano, à frente da pasta, formou com representantes do ministério, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) o grupo de trabalho encarregado da missão.

Especialistas criticam uso do mínimo, que muda todo ano
A proposta foi concluída ainda em 2003. Nela, a equipe recomendava o uso da fração do salário-mínimo até que o IBGE divulgasse sua Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-2003), tida como essencial para o cálculo da linha oficial. Os primeiros resultados da POF tornaram-se públicos em maio. A segunda etapa de divulgação deve ocorrer em dezembro. Mas não será suficiente para pôr fim à novela, cuja trama se complicou, primeiro com a substituição de Graziano por Patrus Ananias no atual Minis-



FAVELA DE MANGUINHOS, no Rio: pelos atuais critérios, país tem 11,2 milhões de famílias (21,7%) pobres, ou 37 milhões de brasileiros

Custódio Coimbra/13-5-2004

lor nominal é alterado anualmente. A proporção de pobres, por isso, tende a aumentar toda vez que o piso é corrigido, numa trajetória pouco confiável para quem precisa acompanhar tendências.

— Temos todas as condições do mundo para ter uma linha oficial. É absurdo não tê-la. Mas não faz sentido usar como critério meio salário-mínimo corrente porque o valor muda todo ano — afirma o economista Ricardo Paes de Barros, do Ipea, cuja equipe desenvolveu duas das mais utilizadas linhas de pobreza e indigência do país.

Brasil convive com metodologias diferentes

Além do critério do salário-mínimo, o Brasil convive com pelo menos outras cinco linhas de pobreza e indigência, de diferentes metodologias e resultados. A do Ipea estima em R\$ 73 a renda mensal abaixo da qual um indivíduo está na extrema pobreza (14,5% da população ou 24,6 milhões de pessoas no ano passado). Já a proporção de pobres (34,1%) é calculada com base num valor de referência de R\$ 146 mensais.

Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), o economista Marcelo Neri estabeleceu a quantidade de R\$ 108 como fronteira da indigência. Seria este o mínimo mensal necessário para suprir uma dieta de 2.288 calorias por dia. Por este cálculo, a proporção de indigentes teria alcançado 27,26% (ou 47,4 milhões de brasileiros em 2003).

Nos cálculos da economista Sonia Rocha, também da FGV, o Brasil tem 60,5 milhões de pobres, equivalentes a 35,6% da população, de acordo com a linha de R\$ 139,04 mensais. O Banco Mundial (Bird), por sua vez, estima em 9,9% a proporção de indigentes, equivalente a 17,4 milhões de pessoas. O Bird considera o número de habitantes que sobrevivem com rendimento inferior a US\$ 1 por dia, corrigido pela paridade do poder de compra. O cálculo torna possível comparar os níveis de pobreza do Brasil com os de outros países. ■

Entenda as metodologias

• **IPEA:** O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calcula o número de indigentes com base no valor de uma cesta de alimentos necessários a uma dieta de 2.100 calorias, sugerida pela FAO, agência da ONU. Os pesquisadores usam a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para chegar ao padrão de consumo da primeira família que atende às exigências calóricas. A partir daí, estabelecem o valor da linha em cada estado e no país.

Em 2003, a linha de indigência era de R\$ 73 mensais e a de pobreza, o dobro, numa proporção de, respectivamente, 14,5% e 34,1% da população.

• **CPS-FGV:** O Centro de Políticas Sociais da FGV só calcula a linha de indigência. Marcelo Neri desenvolveu-a com base nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), de uma dieta de 2.288 calorias por dia, a partir dos hábitos de consumo da faixa

entre os 20% e os 50% mais pobres da população. A proporção de miseráveis chega a 27,26% com a linha de R\$ 108 mensais *per capita* em 2003.

• **SONIA ROCHA (FGV):** A pesquisadora se baseia numa dieta de 2.100 calorias somada a gastos não-alimentares, como habitação e transportes, das famílias de todos os estados. O valor da linha, de R\$ 139,04 em 2003, é corrigido anualmente pelo

INPC. No ano passado, o país tinha 60,5 milhões de pobres (35,62% da população).

• **BANCO MUNDIAL:** O Bird usa a renda de até US\$ 1 por dia para medir a extrema pobreza e de US\$ 2 para chegar à proporção de pobres. O valor é corrigido pela paridade do poder de compra em cada país. Segundo o banco, o Brasil tinha 17,4 milhões de indigentes em 2002 (9,9% da população).

tério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, agora, com a demissão da secretária-executiva, Ana Fonseca, que tratava do assunto. Em entrevista ao GLOBO semanas antes de sua saída, ela admitia que não haveria decisão sobre a linha de

pobreza em 2004. No ministério, ainda em fase de recomposição da equipe, ninguém quis se pronunciar sobre o tema.

O cálculo usado atualmente como parâmetro para as metas do Bolsa Família é a proporção de famílias cujo ren-

dimento mensal *per capita* era de até meio salário-mínimo (R\$ 100) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo IBGE em 2002. Por este critério, o país teria 11,2 milhões de famílias (21,7%) pobres, somando aproximada-

mente 37 milhões de brasileiros. Até o meio deste ano, o governo conseguira cadastrar 8,2 milhões de famílias.

Entre os especialistas, o salário-mínimo não é visto como o melhor termômetro para medir a pobreza, porque seu va-